

Área: 3118cm² / 65%

FOTO Titagem: 54,326

Cores: 4 Cores

ID: 4116503

VIRIATO SOROMENHO-MARQUES
Professor universitário

"Saída da Grécia do euro seria um tiro no escuro, a tragédia e o caos"



GRANDE ENTREVISTA PÁGS. 4 A 7

Entrevista **Gente Que Conta** Viriato Soromenho-Marques

“Saída da Grécia do euro seria um tiro no escuro, a tragédia e o caos”

“Seria, de facto, o recuo histórico uma rutura da Zona Euro. Não podemos imaginar o que será a nossa vida numa Europa em que o comércio ficaria interrompido durante semanas ou meses, em que os bancos seriam obrigados a reintroduzir moedas nacionais, debaixo de uma enorme pressão. Estamos a falar do caos! É extremamente perigoso ver pessoas que deveriam ter uma responsabilidade moral, pelo menos à altura da sua responsabilidade técnico-científica ou académica, a falarem em cenários de saída ordenada do euro”



JOÃO
MARCELINO



PAULO
BALDAIA

Viriato Soromenho Marques, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade (Clássica) de Lisboa, onde leciona Filosofia Social e Política e História das Ideias na Europa Contemporânea, entre outras disciplinas, tem sido uma das vozes mais esclarecidas do País no diagnóstico da crise europeia, antecipando muitos acontecimentos políticos. No final de uma semana dominada pelas eleições em França e também na Grécia, o colonista do DN mostra fé em François Hollande para se distanciar da Alemanha e implementar políticas que defendam o desenvolvimento económico, mas, ao mesmo tempo, critica o novo Presidente francês por ter caído na generalizada hosti-

lização dos mercados no discurso de vitória. Mas a sua maior preocupação está nas consequências de uma saída da Grécia do euro. A solução para a Europa, volta a defender, está em mais federalismo. **Nos últimos dias, na Europa, sucedem-se as leituras sobre as consequências das eleições francesas e gregas na crise do euro e na União Europeia. Esta leitura simples, generalizada, de que em França foi boa a ascensão de François Hollande, e de que na Grécia a pulverização partidária foi má, faz sentido para si?** Essa leitura é parte da minha leitura. Usando

uma imagem, diria que nesta conjuntura seria muito importante que Atenas desse tempo a Paris, que a solução do **resultado eleitoral na Grécia** não precipitasse uma crise, que poderá gerar a eventual rutura da Grécia e uma situação muito grave na Zona Euro. Ainda hoje [11 de maio, sexta-feira], Wolfgang Schäuble, ministro das Finanças alemão, ameaçava a Grécia da possibilidade de saída do euro. Seria muito importante que a turbulência na Grécia não precipitasse ou impedisse a possibilidade de um novo diálogo franco-alemão, com François Hollande e Angela Merkel.

No fundo, o que está a dizer é que seria ideal que o PASOK, a terceira tentativa para a formação de governo na Grécia, conseguisse liderar uma coligação de esquerda?

Neste momento, quem está de facto a dirigir o processo é a Esquerda Democrática, com o PASOK e a Nova Democracia. No fundo, com estes três partidos – a Esquerda Democrática tem cerca de 19 deputados, se a memória não me falha – ter-se-ia uma maioria confortável para governar.

Esta é uma crise muito longa, que tem tido, ao longo dos dois anos que já passámos com ela, momentos de eventual rutura. Mas penso que estamos numa situação muito melindrosa, muito delicada, é preciso não subestimar o que está a acontecer. Mas não

estamos a falar da solução da crise: mesmo que exista governo na Grécia, mesmo que o segundo resgate continue a ser pago à Grécia nas *tranches* regulares, mesmo que exista um novo diálogo entre Paris e Berlim, a crise vai continuar. Porque se colocarmos, de um lado, os problemas que temos pela frente e, do outro, as soluções disponíveis ou apontadas – nomeadamente na campanha eleitoral de Hollande –, existe uma distância tão grande, uma insuficiência tão grande dos remédios apontados, que a crise vai continuar.

Mas se a Grécia der esse tempo a Hollande, crê que se reunirão as condições para que essa nova agenda francesa traga efeitos positivos para a crise?

Para já, precisamos de saber qual é a nova agenda francesa, não sabemos ainda muito bem qual ela é. Há sinais contraditórios. Acredito que existe uma solução para a crise europeia, mas também que ela vai ser longa e não será fácil. Os atores que estão no terreno têm todas as visões muito limitadas sobre o tema, a partir da sua janela nacional ou de

interesse político-partidário. E é preciso que o tempo seja o grande professor dos atores. Os atores, os povos, os dirigentes políticos, vão aprender o caminho que é necessário trilhar. Nesse sentido, temos de evitar agora pôr toda a Zona Euro à prova num teste muito duro e de desfecho imprevisível.

Fala da saída da Grécia da Zona Euro?

Sim, da saída. Seria, digamos, um momento de fadiga. A crise provoca fadiga, estamos a falar de pessoas que estão a gerir esta crise há dois anos.

Na sua visão, seria positivo para a Europa que a Grécia se mantivesse na Zona Euro?

Sem dúvida. A saída da Grécia da Zona Euro, nestas circunstâncias, seria um tiro no escuro. Fazendo a ressalva às diferenças, seria um pouco como todo aquele impasse que se gerou no longo mês de julho de [19]14, quando, depois também de uma longa fadiga de tensão entre as grandes potências europeias, se resolveu arriscar a carta da força. No fundo, expulsar a Grécia do euro é a carta da força. As consequências são imprevisíveis, porque isso irá significar o quê? Que a Grécia entrará em falência, não haverá *haircuts*, o *haircut* será de 100%? A dívida pública grega está na mão de entidades públicas e serão os países europeus que emprestarão à Grécia que vão perder esse dinheiro. É um sinal que é lançado para os mercados, para todo o capital que está investido na Europa, capital americano, chinês, não europeu. Tenho uma visão muito crítica.

É positivo, para si, que Nicolas Sarkozy tenha saído de cena?

Absolutamente, 101% positivo! Com Sarkozy, o debate estava completamente estagnado, a relação de subordinação da França à Alemanha estava completamente garantida. Com François Hollande, há um aspeto que me parece muito positivo, o compreender que precisamos de ter uma política combinada, que insista na disciplina das finanças públicas mas que seja capaz também de apontar para o desenvolvimento. É lamentável, ao longo destes dois anos, termos deixado cair o conceito de desenvolvimento e termo-lo trocado por um conceito mais antigo de crescimento, muito mais ambíguo e muito mais enganador. Surgir um dirigente francês que diz "atenção que há uma dimensão social nesta crise, há uma dimensão de emprego nesta crise", é muito positivo. Mas o discurso da vitória em Paris foi absolutamente perigoso...

... Porquê?

Quando, subitamente, François Hollande re-

petiu o discurso ideológico contra os mercados revelou uma enorme fragilidade política. É um discurso artilhado no espectro partidário europeu, da esquerda à direita.

Grécia

Nenhum partido conseguiu sequer 20% dos votos e três tentativas de coligação falharam.

Presidente grego recebe hoje líderes para último apelo ao entendimento

Quem, até hoje, mais atacou os mercados, nesta crise europeia, foi a senhora Merkel. A senhora Merkel fez uma coisa que nunca, num país da OCDE, tinha sido feita: obrigou os privados a aceitar a reestruturação da dívida grega. Tocou num princípio de confiança fundamental da economia de mercado. Obrigou-os, compulsivamente, a perder mais de 50% do seu capital investido.

Como vê as reticências que alguns sectores alemães têm, hoje em dia, a votarem favoravelmente o Pacto Orçamental?

Há uma coisa de que não podemos acusar a Alemanha, nem o Parlamento alemão, o *Bundestag*, nem o seu Tribunal Constitucional: é de assinarem – como nós fizemos em Portugal – um pacto sem qualquer estudo prévio. O que os deputados alemães estão a fazer é a analisar o **Tratado Orçamental**, a compreender ou a tentar perceber o impacto que isso vai ter sobre a sua própria economia e sobre a viabilidade de ele ser cumprido. Por exemplo, há um conceito que está consagrado no Pacto que é o do défice estrutural de 0,5%, que é absolutamente curioso. Se entrevistarem três economistas e fizerem esta pergunta: “Defina-me...”

... Teremos três definições diferentes, obviamente.

Vão ter três definições. Introduzimos um conceito metafísico num pacto político. No caso português, se o Tratado Orçamental

fosse cumprido, o Estado social ou o que ele significa desaparecia completamente! Mas isso é óbvio, qualquer estudo de viabilidade da implementação desse Tratado Orçamental di-lo-ia. Simplesmente, como sabemos, o Tratado Orçamental foi aprovado de forma ▶

Pacto orçamental

Acordo obriga países europeus a aprovarem lei-travão ao défice. O défice estrutural corresponde ao défice do orçamento descontados os efeitos do ciclo económico

“

Aquilo que Mário Soares procurou dizer [ao PS] foi que é preciso estar com mais atenção ao que se passa fora de Portugal, às novas mudanças de orientação no domínio da grande política europeia”

“

É grave que exista uma divergência entre a informação que é discutida no Parlamento e aquela que é entregue em Bruxelas. Isso viola uma regra de ética política pública mínima”

A entrevista é gravada ao final da manhã de sexta-feira, no Auditório do Diário de Notícias, em Lisboa, e o professor chega sozinho e com a pontualidade que nele é um hábito

É um homem de esquerda que acredita no federalismo europeu como o único caminho para resolver a crise do euro e salvar "a União em perigo evidente"



PERFIL

VIRIATO SOROMENHO-MARQUES

- > 54 anos
- > Professor universitário
- > **Doutorado em Filosofia, é reconhecido pela reflexão política no espaço público, nomeadamente enquanto colunista do DN. Entre 1992 e 1995 foi presidente da associação ambientalista Quercus.**

Área: 3118cm² / 65%

FOTO Tiragem: 54.326

Cores: 4 Cores

ID: 4116503



“Deveríamos ter um programa português para a Europa e não estrita obediência às orientações da senhora Merkel”

Tivemos, ou temos até hoje, um certo consenso entre as maiores forças políticas portuguesas em relação à necessidade de Portugal cumprir com a *troika*. Agora apareceu o dr. Mário Soares a dizer que esse compromisso deveria ser para rasgar. Como viu essa afirmação? Que importância tem para o País esta unidade nacional com o objetivo de salvação do euro?

É extremamente importante a unidade nacional, e que o Parlamento seja, de facto, o lugar onde estas questões são discutidas com franqueza, com frontalidade.

Para si é grave que este Documento de Estratégia Orçamental não tivesse sido discutido com o Partido Socialista?

É grave que exista uma divergência entre a informação, de base quantitativa, que é discutida no Parlamento, e aquela que é entregue em Bruxelas. Isso viola uma regra de ética política pública mínima...

E, para Portugal, é essencial manter o Partido Socialista do lado do compromisso?

O problema fundamental, volto a dizer, é que neste momento não controlamos, o centro de gravidade da nossa política não está, de facto, em Lisboa, não está no Governo nem está no Parlamento. Temos de ter a humildade de perceber que, a partir do momento em que estamos intervencionados, o que é decisivo joga-se no centro da crise e nas capitais do diretório.

Mas aí Portugal também tem feito pouco? O Governo português...

O Governo português deveria ter duas políticas complementares, uma de aplicação do memorando da *troika*, sobretudo naqueles aspetos que são de puro bom senso – racionalização da justiça, da administração pública. É uma vergonha ser preciso alguém de fora dizer o que nós próprios já devíamos ter posto em prática. Por outro lado, deveríamos ter uma *troika* nacional, que deveria ser o primeiro-ministro, o ministro das Finanças e o ministro dos Negócios Estrangeiros, com uma visão europeia, apresentando propostas portuguesas para a crise.

A adenda que o Partido Socialista propôs ao Pacto Orçamental era uma boa ideia?

Era uma boa ideia. O primeiro-ministro português poderia ter apresentado essa proposta no dia 9 de dezembro. Nesse dia era visível o que iria sair do Conselho Europeu...

Portugal tem sido demasiado disciplinado e tem contribuído pouco para uma solução nova?

Portugal tem cometido um erro, o de pensar que as boas ideias dependem do PIB dos países. Se o primeiro-ministro Passos Coelho tivesse apresentado uma proposta de financiamentos europeus para a criação de emprego, para o desenvolvimento sustentável, ainda por cima em áreas que o Governo português deveria saber que são caras à Alemanha, a energia e as redes energéticas, isso teria sido uma patente portuguesa.

Então Portugal tem falhado algumas boas oportunidades?

Tem falhado, sobretudo porque neste momento a Europa precisa de boas ideias como de pão para a boca, que sejam equacionadas, discutidas na imprensa europeia, amigavelmente propostas no

Conselho Europeu, nos Conselhos de Ministros. Nós deveríamos ter um programa português para a Europa, não para nós! O problema é que o nosso caminho, de estrita obediência às orientações da senhora Merkel, é também ele nacional. O Governo português considera que é do melhor interesse nacional ficarmos totalmente dependentes daquilo que diz a senhora Merkel. Não é do que ela pensa, há uma diferença entre o que ela diz e o que pensa.

E sobre a questão do dr. Mário Soares? Como é que viu as palavras dele?

O dr. Mário Soares é, de facto, o grande estadista que temos hoje em Portugal. O grande estadista. Penso que há outro grande estadista que nunca chegou a sê-lo, que é o professor Adriano Moreira, por quem tenho uma enorme admiração intelectual. No fundo, aquilo que o Mário Soares nos tem vindo a dizer é que a Europa, de facto, está em perigo. Se a Europa deixar que esta crise económico-financeira a destrua, vamos passar apenas a ser aquilo que a geografia nos diz que somos, que é uma península da Ásia!

Para que fique claro: não viu nas palavras do dr. Mário Soares a sugestão para que o Partido Socialista rasgue o compromisso com a *troika*,

que nos emprestou o dinheiro?

Não. Aquilo que Mário Soares procurou dizer aos dirigentes do Partido Socialista foi que é preciso estar com mais atenção ao que se passa fora de Portugal, é preciso estar sintonizado com as novas mudanças de orientação no domínio da grande política europeia, é preciso ouvir o que o Mario Draghi [presidente do Banco Central Europeu] diz. Ele já salvou a Europa do colapso em novembro, através dos financiamentos de longo prazo, a três anos. Não estaríamos aqui a conversar da forma como estamos se não fosse a decisão de avançar com esse financiamento. Mas salvou a Europa da mesma forma como se baixa a febre a um doente com antipiréticos! Um antipirético não combate uma infeção, só os antibióticos é que combatem. E nós temos de encontrar os antibióticos, uma resposta europeia que implica uma visão política europeia. O caminho para a união política implica um orçamento europeu a sério. O presidente Barroso, quando reúne com o Conselho Europeu, é 1% do PIB europeu que está reunido com 44% desse PIB. Ninguém pode respeitar uma pessoa que representa apenas 1% do PIB.

E o que defende?

Temos necessidade urgente de fazer não um tratado orçamental, mas um tratado fiscal. Precisamos de ter por trás da comissão como governo europeu uma reforma da fiscalidade europeia que garanta não a uniformidade fiscal, mas uma base tributária universal para o orçamento do governo europeu. O que temos é um esquema de transferências, uma arquitetura muito complicada que garante uma chantagem sempre dos sete ou oito países. Precisamos de ter um orçamento europeu que seja baseado numa percentagem do IVA, numa percentagem do IRS e numa percentagem comum do IRC. A outra componente da fiscalidade é nacional e aí os países podem competir entre si.

Protocolo adicional

Adenda do PS para o crescimento e emprego previa a emissão de dívida europeia, uma taxa sobre transações financeiras e harmonização fiscal na UE.

Maioria chumbou

► irrefletida, de forma precipitada.

E também não tem ainda prazos, não se sabe quando é que têm de ser cumpridas essas metas.

Exatamente. No fundo, o que é o Tratado Orçamental? É, novamente, o Pacto de Estabilidade e Crescimento de 97, já uma criação alemã na altura, determinada por

dois regulamentos comunitários. No fundo procura o quê? É um sinal da Alemanha ao resto da Zona Euro, dizendo: vamos continuar neste jogo, mas as regras não vão mudar, pelo contrário, vamos acentuar as regras. Isto é uma visão errada, porque choca contra a realidade. E, na política, os bons políticos são aqueles que conseguem manobrar na realidade, como os bons navegadores são aqueles que conseguem que o barco não naufrague num oceano turbulento.

É preciso não esquecer que foram a Alemanha e a França os primeiros países a violar o PEC e que agora mais lutam por ele.

A Alemanha violou, de uma forma sistemática, durante três anos consecutivos. E mais, obrigou a uma interpretação mais benevolente do próprio Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Há pouco falava do discurso perigoso de Hollande no dia da vitória e do sentido prático da chanceler alemã para pôr os mercados na ordem. Acha que, de facto, os mercados não têm uma responsabilidade nesta crise? Qual é a receita para sairmos da crise, tendo em conta o pragmatismo alemão e esta mudança ideológica em França?

A Europa vive um paradoxo: temos uma união económica e monetária que criou um Banco Central Europeu que não é um banco central, no sentido pleno da palavra, que não cumpre a função fundamental de um banco central. Se compararmos, por exemplo, com o estatuto do banco central no Japão, na Grã-Bretanha ou nos Estados Unidos, o Fed [Reserva Federal], que é talvez o exemplo mais claro, ele tem duas funções principais: uma, a estabilidade dos preços – garantir que efetivamente se combate a inflação –, e outra, que é garantir que existem condições para a estabilidade macroeconómica, nomeadamente para o pleno emprego, ou para o máximo emprego.

E o BCE só cumpre a primeira?

Exato, só cumpre a primeira. Temos aqui uma situação que coloca toda a Zona Euro, os 17 países, dependentes do mercado para o seu financiamento. O BCE está proibido de comprar, como faz o Fed, dívida pública no mercado primário, só pode comprar já muito inflacionada no mercado secundário. Isso significa que os países vão financiar-se no mercado, que é objeto das diatribes mais violentas por parte de toda a gente, da esquerda à direita! Quem está, neste momento, a pensar impor uma taxa sobre transações finan-

ceiras é a senhora Merkel! Quem obrigou os privados a renegociarem a dívida em condições penosas foi a senhora Merkel! Aqui não há uma clivagem direita e esquerda... Quando o Hollande fez aquele discurso, que acho um discurso um pouco sinistro, dizendo "eu combato um inimigo sem rosto, eu combato os mercados", mostra...

Precisava de ter começado aí a mudar o discurso?

Precisava! O que me inquieta é perceber que não se trata apenas de uma retórica ideológica que os políticos profissionais usam para seduzir os eleitores mas que depois, enquanto

estadistas, alteram. Há aqui uma profunda incompreensão, e isto é que é grave, por parte dos dirigentes europeus, dos mais responsáveis, dos que têm mais poder de decisão, da natureza dos mercados. Temos uma tendência para uma diabolização dos mercados, como se fossem uma entidade única, clarividente, com um propósito definido, quando são a realidade mais plural que existe.

Como assim?

Os mercados são, por exemplo, os políticos espanhóis, que na primeira fase da crise, ainda ela estava nos Estados Unidos, estavam a transferir as suas contas de bancos em Espanha para a banca estrangeira. Isso é um movimento de mercado! Quando os aforristas gregos, irlandeses e portugueses depositam dinheiro em contas de bancos alemães com 10% em Portugal e 90% na Alemanha, para garantir que no caso de haver uma *débâcle* em Portugal, 90% do seu capital fica garantido na Alemanha, isso são os mercados! Os mercados não é o senhor Soros! São esses movimentos de pânico, de medo, de esperança, de expectativa. O que é lamentável aqui é termos pessoas que vão decidir da vida de 500 milhões de europeus e que não sabem fazer a diferença entre banqueiros especuladores, entre fundos oportunistas que funcionam como predadores do mercado, e a massa dos mercados, que é formada pelas poupanças dos noruegueses, que investiram no seu próprio petróleo, dos trabalhadores chineses, que são fundamentais para a fluidez dos mercados globais. E, sobretudo, não percebem que a maquinaria do nosso sistema europeu depende fundamentalmente de uma boa relação com os mercados. Do que precisamos hoje, para salvar a Europa, não é chamar nomes aos mercados, não é confundir e camuflar a incompetência dos políticos acusando um inimigo sem rosto.

Seria um bom caminho dar outros pode-

res ao Banco Central Europeu, pô-lo a trabalhar como trabalham os outros bancos centrais, deixando ao mercado uma quota para esses empréstimos e controlando pelo modo como o BCE pode emprestar diretamente aos países?

Claro. A resposta à crise passa, se quisermos, pela forma mais simples: termos uma estratégia europeia para enfrentar a crise. A crise é europeia, é sistémica, tem que ver com o modelo europeu, mas as respostas são todas nacionais!

E a senhora Merkel já percebeu isso?

Já muita gente na Alemanha percebeu isso. No limite, penso que o principal grupo de conselheiros do Governo Federal alemão desde 63, o chamado grupo dos cinco, já percebeu. No relatório de novembro do ano passado é proposto claramente que se adote um sistema de mutualização da dívida a partir de 60%. Mais, nesse estudo é citada a necessidade de usar um esquema semelhante ao que foi usado nos Estados Unidos em 1791 por Alexander Hamilton. Chegam a este detalhe! A Alemanha não é desprovida de economistas e de políticos, nomeadamente os que estão na oposição, Verdes, SPD, onde a ideia das *eurobonds* faz o seu caminho. Há de facto uma enorme dificuldade em dar o passo que os alemães sabem que tem de ser dado. Um passo político. Sabe como é que esta crise terminava em alguns meses? Com uma declaração do Conselho Europeu dizendo "a União Europeia declara solenemente que vai aprofundar a sua integração, vamos rever os tratados, vamos criar uma união política".

Mais federalismo?

Com isso, nós teríamos os mercados perfeitamente disponíveis...

Era preciso que os mercados acreditassem que não era só conversa...

Os mercados querem acreditar. Publiquei-o na minha última crónica no DN [sexta-feira]. Dois estudos da semana passada, da Fitch, grande agência de notação financeira, e da Morgan Stanley, apontavam projetos possíveis para a Europa. A Fitch apontava cinco cenários e todos eles eram, de facto, bastante desagradáveis. O único cenário que não o era apontava para uma notação da dívida europeia entre AA e até mesmo o triplo A, na expressão deles, a "United States of Europe".

Se efetivamente fosse possível pensar, nesta fase, numa mutualização da dívida, isso seria

de facto a grande saída: a confiança dos mercados voltaria à Europa, porque os mercados perceberiam que o projeto europeu não é para terminar à primeira dificuldade, é para continuar.

Estamos a falar não de uma viragem à esquerda ou à direita na Europa – o que temos visto é que os governos caem quando há eleições, se são de direita, vira para a esquerda; se forem de esquerda, vira para a direita. Esta crise económica é cada vez mais uma crise política?

Esta é, fundamentalmente, uma crise política. É uma crise do desenho de sociedade europeia que os nossos representantes eleitos não conseguem construir e retificar. Quem segue a história da construção europeia desde há mais de 60 anos percebe que sempre houve duas linhas de certa forma conflituosas. As pessoas estão esquecidas, mas tivemos um projeto de federalismo estrito na Europa em 52, que era a Comunidade Europeia de Defesa, que seria acompanhada por uma Comunidade Política Europeia, e que previa um exército integrado, com soldados de todos os países. Isso passou em todos os Paramentos, menos no fran-

cês, que em agosto de 54 derrotou essa possibilidade. Sempre tivemos uma linha federal, mas sempre tivemos também uma linha mais intergovernamental, de que **De Gaulle** foi claramente o grande guru, uma Europa das nações, dirigida pelo Conselho Europeu. Aliás, foi ele que inventou o Conselho Europeu porque o que estava previsto era o Conselho de Ministros. Ora, neste momento, o que temos é uma Europa que tem uma crise que reclama um federalismo de legítima defesa, uma solução federal, não como alternativa, mas como a única e necessária resposta! Mas, na mente dos dirigentes políticos, contra toda a evidência e contra toda a realidade, temos uma vaga fortemente intergovernamental, onde eles fazem contas de um jogo de soma zero, "O

De Gaulle

O General defendia que a França devia afirmar-se como potência e não depender dos EUA na Guerra Fria. Gaullistas travaram exército europeu por temerem perda de soberania

que é que eu ganho? O que é que eu posso ganhar com isto?", quando a lógica devia

ser outra: o que é que nós vamos todos ganhar ou o que é que nós vamos todos perder.

Todo o seu discurso vai no sentido de federalismo para salvar a Europa...

Sim, sim.

Não lhe passa pela cabeça que a Europa pode sobreviver, por exemplo, à queda do euro?

A Europa, como geografia e como história, está lá. Penso que ainda não "realizámos" o que seria o enorme, não quero usar palavras demasiado pesadas, transtorno para a comunidade internacional...

Tragédia?

Tragédia, a expressão é essa. Estava a evitar, para não gastar a palavra. Seria, de facto, o recuo histórico uma rutura da Zona Euro. Não podemos imaginar o que será a nossa vida numa Europa em que o comércio ficaria interrompido durante semanas ou meses, em que os bancos seriam obrigados a reintroduzir moedas nacionais, de baixo de uma enorme pressão.

Estaríamos a falar do caos?

No caos, estamos a falar do caos! É extremamente perigoso ver pessoas que deveriam ter uma responsabilidade moral, pelo menos à altura da sua responsabilidade técnico-científica ou académica, a falarem em cenários de saída ordenada do euro.

Isso, para si, não existe?

Não existe. Para mim não existe. Se a Grécia for expulsa do euro...

... Ou se sair do euro!

A Grécia só pode ser expulsa do euro.

Se disser que não quer cumprir com o compromisso internacional está a autoexcluir-se.

77% dos gregos querem continuar na Zona Euro, querem continuar na União Europeia. Mesmo com a perda de 17% do seu PIB e o aumento do desemprego, que saltou de 8% para mais de 20%, os gregos continuam a estar identificados com o projeto europeu. A questão é que esta linha de combate à crise, na minha opinião, não vai ter sucesso.

“

Com Sarkozy, o debate estava completamente estagnado, a relação de subordinação da França à

Alemanha estava completamente garantida”

“

No caso português, se o Tratado Orçamental fosse cumprido, o Estado social ou o que ele significa desaparecia completamente”

“

O Tratado Orçamental foi aprovado de forma irrefletida, de forma precipitada”

Área: 3118cm² / 65%

FOTO Tiragem: 54.326

Cores: 4 Cores

ID: 4116503



“Tive vários convites para fazer parte de alguns elencos governativos”

Já dirigiu um jornal em Setúbal, já presidiu à Quercus, é filósofo e leciona várias disciplinas na universidade, faz conferências aqui e lá fora. É um homem de sete ofícios. Algum deles lhe dá mais, deixa utilizar a expressão, mais gozo?

É uma coisa espontânea, natural. Interesse-me muito por vários campos, muitos colegas dizem-me que isso é, do ponto de vista académico, o que me faz perder alguma sisudez...

É intelectualmente hiperativo?

... na universidade confunde-se respeitabilidade com sisudez. Não sou um académico sisudo. Aquilo que aprendo na filosofia revela-se sempre muito útil no ambiente, o que aprendi no ambiente revela-se muito útil, por exemplo, para perceber a crise europeia nesta fase. Gosto muito de pensar aquilo que faz doer a vida, ou que sentimos que faz mexer a vida. Seria uma coisa inimaginável, sentindo como sinto, e como todos nós sentimos a importância que tem para o nosso futuro coletivo a crise europeia, que eu não a pensasse. O que está aqui em causa é o futuro de 500 milhões de europeus, é o futuro do sistema internacional. Quem gosta de pensar, e que ainda por cima é pago para pensar, deve pôr essa faculdade, essa capacidade e essa profissão ao serviço da causa pública. É a minha forma de empenhamento cívico.

E quando pensa põe na escrita, por que já tem 20 livros publicados...

E muitas centenas de artigos, ou milhares de artigos!

Quando pensa, pensa como um homem de esquerda? Sente-se assim?

É uma pergunta muito interessante. A minha raiz é de esquerda. Sou uma pessoa que se identifica muito com o século XVIII. Se não vivesse no século XX e XXI, se pudesse levar alguns óculos para combater a minha miopia para o século XVIII, não me importava nada de ter nascido nele, foi um século maravilhoso. E é um século de esquerda, da revolução americana e do federalismo, da Revolução Francesa, da crença de que o conhecimento humano é libertador, em que pela primeira vez as mulheres escre-

veram sobre si próprias dizendo que também lhes cabia uma parte do destino coletivo. No entanto, respeito na direita aquilo que me parece ser o respeito pela tradição, pela sedimentação da história. Acredito que existe um ponto de encontro entre o impulso emancipador da esquerda e a prudência de alguma direita conservadora. O século XVIII é também aquele em que nasceu e viveu um grande pensador irlandês que é a base de toda a direita conservadora democrática, **Edmund Burke**. Sou um grande fã. Era muito crítico da Revolução Francesa e no entanto apoiou a independência dos Estados Unidos, sendo britânico, o membro dos Comuns na Grã-Bretanha. Ele chamava muito a atenção para a necessidade de, na política, conhecermos bem a realidade, percebermos como é que funciona essa realidade.

Que é uma coisa que hoje falha muito aos políticos?

Hoje falha muito. Aquilo que acho que o século XVIII tem de fantástico é a existência de intelectuais e de homens públicos, de estadistas, que consideravam

que era muito importante o estudo da realidade e que existia uma responsabilidade do conhecimento na transformação da realidade.

Sendo um homem com raiz de esquerda mas que bebe também no pensamento de alguma direita, o nosso poder – o Estado português, o Governo, a Presidência – chamam-no para o ouvir? E, se isso acontece, acontece tanto estando lá a direita como a esquerda?

Não me posso queixar... Nunca me coloquei nos chamados bicos de pés, mas tive ao longo da minha vida vários convites até para fazer parte de alguns elencos governativos. Nunca o aceitei por razões várias: porque estava empenhado a dirigir a Quercus, porque o convite não aparecia no melhor momento familiar ou pessoal. Mas nunca deixei de fazer parte de conselhos, ainda hoje faço parte do Conselho Nacional do Ambiente, que aconselha o Governo, fiz parte do Conselho de Imprensa... Quando sou chamado por alguém, para conversar com o Presidente da República, com algum ministro, vou com certeza. Com Jorge Sampaio fiz parte de um conselho que lhe deu algum apoio e nunca me recusei, acompanhei-o sempre com prazer. Com Mário Soares estive nas presidências abertas.

E o atual primeiro-ministro e o

atual presidente? Fala com eles, às vezes pedem-lhe para falar consigo?

(risos) Direta ou indiretamente, isso pode acontecer. Se não aconteceu, poderá acontecer no futuro, não tenho nenhuma atitude de hostilidade. É muito importante percebermos que esta República democrática da Constituição de 76 joga-se também nesta crise europeia. Não acredito que se a Zona Euro implodir a nossa III República sobreviva. É muito, muito importante, defender as instituições democráticas. Os partidos têm essa obrigação, a de se reinventarem. Existe por parte dos partidos uma perversão que é a partidocracia, estão muito fechados à sociedade civil. A forma como, por exemplo, não conseguimos mudar a lei eleitoral em Portugal mostra isso. Os partidos, do Bloco de Esquerda ao CDS, estão muito fecha-

dos na gestão daquilo que consideram ser o poder, quando é no fundo uma ilusão de poder. No entanto, também não suporto o discurso por parte de algumas pessoas na sociedade civil, que sempre organizaram a sua vida em função da carreira, de acumularem algum capital...

Dos seus próprios interesses?

Dos seus próprios interesses. E que depois criticam os deputados ou os ministros quando, no fundo, o serviço público nas condições atuais é... Tenho a certeza de que há muita gente neste Governo que está

lá pelas melhores razões. Não quer dizer que não existam alguns, mas isso é público e notório que estão lá por razões menos boas. Mas não podemos assumir a posição da santidade. Isto é um barco em que estamos todos a navegar e precisamos de colaborar totalmente uns com os outros. Ninguém se deve mostrar indisponível para o serviço público se for chamado a isso. Mas a forma como organizamos o serviço público tem de ultrapassar este quisto da partidocracia. Não é só em Portugal, esse problema existe em muitos outros países.

“

Quando sou chamado por alguém, para conversar com o Presidente da República, com algum ministro, vou com certeza”

Edmund Burke
Fundador do conservadurismo rejeitava a revolução feita por ideias abstratas e defendia a prudência e a evolução no respeito pela história